

## ARTIGO

# POLÍCIA QUE PARECE MILÍCIA E MILÍCIA QUE PARECE POLÍCIA: CONTROLE SOCIAL E PROJETO MORAL NA FAVELA DO BATAN/RJ<sup>1</sup>

JONATHAN WILLIAN BAZONI DA MOTTA

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pesquisador associado ao CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (PPCIS/UERJ) e ao Observatório Fluminense (PPGCS/UFRRJ).

**País:** Brasil **Estado:** Rio de Janeiro **Cidade:** Rio de Janeiro

**Email:** jonathan.jntn@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5271-0106>

---

## RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de mostrar os agenciamentos morais e as técnicas de controle social de um grupo de milicianos e de duas políticas de segurança: o Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) e a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no período de 2007 a 2011, na favela do Batan/RJ. A partir de uma pesquisa etnográfica de mais de três anos no território, que produziu uma série de entrevistas e conversas informais com moradores, defendemos que no período delimitado houve uma governança miliciana no Batan que congregou forças legais e ilegais militarizadas com a finalidade de controlar a moralidade dos moradores e coibir os desviantes. Nesse contexto, milícia e polícia se complementavam na gestão da ordem local, produzindo uma zona cinzenta de atuação ancorada em um mesmo projeto moral.

**Palavras-Chave:** Milícia. Polícia. Projeto moral. Controle social. Favela.

---

## ABSTRACT

**POLICE THAT LOOK LIKE MILITIA AND MILITIA THAT LOOK LIKE POLICE: SOCIAL CONTROL AND MORAL PROJECT IN THE BATAN FAVELA/RJ**

*This research aims to show the moral arrangements and techniques of social control of a group of militia members and two security policies: the Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) and the Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) in the period from 2007 to 2011 in the Batan favela/RJ. From an ethnographic research of more than three years in the territory, which produced a series of interviews and informal conversations with residents, we argued that in the delimited period there was a militia governance in Batan that brought together legal and illegal militarized forces with the purpose of controlling the morality of residents and curb deviants. In this context, militia and police complemented each other in the management of local order, producing a gray area of action anchored in the same moral project.*

**Keywords:** Militia. Police. Moral project. Social control. Favela.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto do desdobramento da dissertação de mestrado do autor e contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Processo: 140414/2021-5.

**Data de Recebimento:** 22/12/2022 – **Data de Aprovação:** 18/07/2023

**DOI:** 10.31060/rbsp.2024.v18.n2.1849

## INTRODUÇÃO

O jardim Batan é uma favela localizada no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro, com uma população de 3.431 habitantes e 955 domicílios, segundo o Censo de 2010<sup>2</sup>. Até a década de 1960, era uma enorme fazenda com vegetação nativa e criação de gado. Seu nome é uma corruptela da árvore Ubatã e preserva seu passado atrelado ao seu antigo bioma. A partir dos anos 1970, a região foi ocupada por muitas famílias vindas de outras partes do Brasil, especialmente do Sudeste e do Nordeste. Sua configuração geográfica é plana, típica de um bairro operário, sendo a grande maioria das casas feita de alvenaria, abrigando pessoas de classe média baixa e pobres.

Apesar de seu pequeno tamanho, se comparado a outras favelas do Rio de Janeiro, o Batan ficou nacional e internacionalmente conhecido pela tortura de jornalistas em sua comunidade. Em maio de 2008, uma equipe do jornal *O Dia* estava fazendo uma reportagem investigativa sobre o cotidiano da milícia, quando foram descobertos e torturados por mais de sete horas. No relato à revista *Piauí* em 2011<sup>3</sup>, um membro da equipe que havia sido torturado conta que os milicianos tiveram acesso a coisas extremamente íntimas da equipe, como fotos, endereços e apelidos de trabalho, o que mostra a capacidade dos milicianos de obterem informações e se articularem a vários setores sociais, dificultando o trabalho de investigação e de combate a essa organização criminosa.

Até aquele momento, a milícia gozava de grande prestígio social na capital fluminense, sendo considerada por muitas autoridades políticas uma espécie de solução comunitária ao problema da violência e da insegurança que assolava diversos bairros da cidade. A milícia é uma descendência direta de outros grupos criminais. Desde a década de 1950, grupos de extermínio formados por policiais e financiados por comerciantes são responsáveis por torturas, desaparecimentos e execuções sumárias no Rio de Janeiro e, principalmente, na Baixada Fluminense. Quando esses policiais passam a gerir a ordem em seus próprios locais de moradia, financiados pelo comércio local e pelos próprios moradores, formou-se a chamada “polícia mineira”, um coletivo de policiais que dominava territórios periféricos, atuando como oposição aos grupos de traficantes de drogas. Essa iniciativa serviu como uma espécie de “gêneses” para outros grupos (Alves, 2003; Zaluar; Conceição, 2007; Mesquita, 2008; Misse, 2011; Rocha; Da Motta, 2020; Pope, 2023).

A partir do momento em que esses grupos passam a se enveredar na política, elegendo representantes parlamentares para atuarem como braço institucional, é onde há conformação daquilo que entendemos como milícia (Alves, 2003). Essa institucionalização dos interesses milicianos produziu redes de influência e cooperação junto a policiais, políticos, líderes comunitários e funcionários do Estado, garantindo acessos a recursos, diminuindo conflitos e limitando o combate pelas autoridades (Arias, 2013; Mendonça, 2014; Arias; Barnes, 2017; Manso, 2020). É por meio desses agenciamentos que os grupos milicianos conseguem garantir a livre circulação de pessoas e mercadorias e garantir a “tranquilidade” – elemento central da aceitação das milícias (Burgos, 2008; Mesquita, 2008; Silva, 2017).

2 Disponível em: [https://iets.org.br/IMG/pdf/iets-caderno\\_upp\\_batan.pdf](https://iets.org.br/IMG/pdf/iets-caderno_upp_batan.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

3 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Com a tortura da equipe do *O Dia*, a milícia passou a ser vista e representada de outra forma, não mais como uma auto-organização que buscava proteger a favela do tráfico de drogas, mas sim como um grupo tão perverso quanto. Esse rebaixamento moral sofrido não só pela milícia do Batan, mas pela ideia de milícia num todo, fez com que o grupo perdesse grande parte de seu prestígio político e midiático anterior. Como apontam Cano e Duarte (2012), o ano de 2008 representou uma inflexão para as milícias, que até então eram defendidas e aceitas como grupo de segurança comunitária. Após o fatídico sequestro, a imprensa passou a pressionar o Estado por uma resposta contundente e passou a associar os milicianos como parte do crime organizado. Os próprios políticos que afirmavam que a milícia era uma espécie de “mal menor”<sup>4</sup>, se viram obrigados a darem uma resposta política em função da repercussão do caso.

Meses depois do ocorrido, o poder legislativo instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sob a presidência do à época deputado estadual do PSOL, Marcelo Freixo, com a finalidade de averiguar e punir os grupos milicianos. Mais de 200 pessoas foram presas entre políticos, policiais e civis, inclusive o alto escalão da milícia do Batan, obrigando os milicianos a mudarem a forma de atuação. Cano e Duarte (2012) apontam que, para perpetuarem suas atividades, os grupos milicianos precisaram modificar o discurso de legitimidade que existia anteriormente, assim como a posição de chefia de agentes públicos na hierarquia da quadrilha. Dessa forma, os grupos milicianos passaram a agir “no sapatinho”, optando pela discrição e com menos ostensividade, mas igualmente letais e perigosos. Essa estratégia se deu para dificultar a criminalização das organizações, que nesse período estavam sendo fortemente reprimidas pelos agentes estatais.

Ao longo do tempo, os grupos milicianos modificaram sua forma de atuar nos territórios do Rio de Janeiro. A partir de um estudo de caso realizado na favela do Batan, a presente pesquisa busca se debruçar justamente nesse processo de modificação da atuação dessas organizações, para compreender como se deu os agenciamentos com as políticas de segurança pública entre os anos de 2007 e 2011. O trabalho de campo na presente favela foi realizado por meio de acompanhamentos periódicos de moradores e da associação de moradores local entre os anos de 2016 e 2019. Para este artigo, foi selecionada uma parte desse material: fragmentos de 2 entrevistas com moradores homens, um com idade por volta de 50 anos (branco), outro, por volta dos 30 anos (mestiço); e partes de 2 conversas informais, uma com um morador por volta dos 50 anos (branco) e outra com uma moradora por volta dos 30 anos (negra retinta).

Para este material é dado um tratamento epistemológico que entende essas conversas informais e entrevistas como parte de uma memorização de situações concretas que dão o mote da experiência vivida pelos moradores da favela do Batan. Dito de outra forma, as falas acionadas pelos moradores são entendidas como “testemunhos” (Das, 2011) dos processos sociais que ocorrem no território. Dessa forma, é possível compreender o repertório moral e as técnicas de controle social da milícia, do Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) e da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em seus anos iniciais, para aludir sobre como se constituem os agenciamentos entre milícia e polícia.

A primeira parte do trabalho apresenta como a favela do Batan passou do controle do tráfico de drogas para a milícia e como isso influenciou a vida cotidiana dos moradores. A segunda seção mostra como foi a adesão de instituições policiais, notadamente o DPO e a UPP, ao projeto moral da milícia, suas aproximações e afastamentos. Por fim, defende-se que nesse período houve uma espécie de governança

4 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>. Acesso em: 20 dez. 2022.

milicianas (um aprofundamento da governança criminal) no Batan, a qual fez com que a milícia fosse um prolongamento da polícia e a polícia um prolongamento da milícia.

## A TRANSIÇÃO ENTRE O TRÁFICO DE DROGAS E OS “ÁGUIAS”

O surgimento do tráfico de drogas a varejo na favela do Batan teve início por volta dos anos 1980 e seu auge nos anos 1990, com a territorialização dessas atividades por meio de jovens que protegiam certas áreas da favela empunhando armas de guerra. A partir desse momento, a violência passa a ser o elo mediador das relações locais entre os membros da quadrilha e a população local (Machado da Silva, 2008) e o medo, o elemento estrutural desse ordenamento territorial (Grillo, 2013). Desde o início, o grupo armado que controlou o Batan foi caracterizado como “barra pesada”, capaz de mobilizar uma alta carga violenta contra seus inimigos. Com o passar do tempo e o desenvolvimento bélico dessas organizações, as coisas na favela “pioraram”, segundo seus moradores. O aumento dos armamentos, as rivalidades entre facções e as operações policiais produziram uma sensação de intensificação da violência.

Na época do tráfico, você não podia sair de um bairro... Por exemplo, pra ir ali no [favela rival] fazer alguma coisa. Você tinha que ficar aqui, limitado. Aí, se você quisesse conhecer alguém do [favela rival], você não podia ir lá e nem a pessoa vir aqui. A gente ficava tipo nessa prisão, né? Não podia sair de casa. Sempre que a gente estava na rua, era tiroteio, era confronto entre polícia, entre traficante. Era tiroteio direto, cara. Direto, direto, direto... (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos; realizada em 2019).

Ao longo dos anos, as quadrilhas armadas definiram e redefiniram suas relações de amizade e inimizade, produzindo ora intensas disputas, entre grupos criminosos rivais e policiais, ora acordos e negociações (Barbosa, 2005). Essa configuração potencialmente conflituosa causava uma constante preocupação nos moradores, fazendo-os estar sempre atentos para avaliar e evitar os riscos iminentes (Cavalcanti, 2008). O histórico de conflitos armados – seja pela busca por território ou por revide – era rotineiro até meados dos anos 2000, causando à sua população local um sentimento de impotência e sujeição.

As trocas de tiros e o autoritarismo de certas lideranças do tráfico de drogas provocavam uma interferência no fluxo rotineiro da vida dos moradores, dando um caráter imprevisível ao cotidiano, o que Machado da Silva e Marcia Leite (2008) chamaram de “vida sob cerco”. Os moradores de favelas se sentiam segregados em um cenário socioespacial definido pela constante preocupação e pelo receio com manifestações violentas, em muitos casos imprevisíveis, que impediam as circulações e o exercício das rotinas cotidianas. Muitos moradores identificavam que aquela geração de traficantes que controlava o território era considerada uma das piores da história da favela do Batan (Dias, 2016), fazendo com que a percepção do “cerco” fosse sentida de forma muito intensa. As constantes mudanças de posições de comando, associadas com a pouca idade desses criminosos e o fato de boa parte deles ser oriundos de outras favelas, contribuíram para um sentimento de repulsa ao tráfico de drogas, tornando-os um grande problema para os moradores.

Em 2006, o Batan vivia um cenário muito turbulento, devido à guerra com o Fumacê [favela rival], acarretando muitas mortes e grande violência. Um grupo de moradores do Batan que eram policiais, bombeiros, DESIPE [agentes penitenciários], entre outros, se juntaram para acabar com o que estava acontecendo e garantir a paz. Esse grupo tinha o nome de “Águia”. Eles conseguiram expulsar os traficantes da favela; alguns foram sumindo aos poucos, outros morreram pelas próprias mãos da milícia. Mais de 40 pessoas foram sumindo ou

morrendo pelas mãos dos milicianos, além de coibir as pessoas de mal que queriam a volta do tráfico (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

\*\*\*

Pô, antes deles [milícia] assumirem, eles fizeram uma carnificina aqui dentro. Os caras vieram... Vieram uns vinte, subindo por aqui, pra dentro do campo. Eles [traficantes] estavam fazendo um churrasco ali em cima. Tava todo mundo reunido ali. O chefe da parada e uma porrada de bandido [diminuição da voz] tudo comendo churrasco. Tavam comemorando. Daqui a pouco, meu irmão... Foi de madrugada isso. Muito tiro, muito tiro. Aí, foi ver, tinham seis caídos lá e tinha um caído aqui em cima, aqui na subidinha, e tinha uns dois ou três lá pra dentro, na rua. Passaram o rodo, filho. Aí, assumiram de vez. Os bandidos meteram o pé (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

Os relatos dos moradores, acima, mostram o momento em que a milícia passou a controlar a favela do Batan no ano de 2007. Conhecidos como “os Águias”, o grupo tinha como característica ser composto majoritariamente por moradores locais com formação militar (policiais, bombeiros e agentes penitenciários). Essa associação de agentes militarizados surge como uma auto-organização comunitária autônoma – ainda que eles tenham relações com outro grupo miliciano conhecido, como Liga da Justiça<sup>5</sup>. Sua finalidade era ordenar moralmente o território, acabar com as trocas de tiro e lucrar com a venda de proteção, transportes irregulares e monopólio de certos serviços, como internet e TV a cabo.

Ainda que os moradores evitassem a utilização desse termo, podemos afirmar que os Águias se configuravam como uma milícia, nos motes definidos por Ignácio Cano e Thais Duarte (2012), por apresentar: a) controle armado do território e da população de forma irregular; b) algum nível de coação a essas pessoas; c) motivação pelo lucro individual; d) um discurso de legitimação pautado em uma ordem protetora; e e) participação de agentes do Estado como integrantes do grupo. Mas ao contrário de outras milícias que tinham o objetivo de vender exclusivamente proteção e serviços, os Águias tinham um perfil diferente, que ficou evidente desde o início de sua ocupação territorial. Uma das primeiras atividades empreendidas por eles foi realizar obras de infraestrutura urbana, como abertura de ruas (Mendonça, 2014; Dias, 2016). Essa estratégia fez com que eles fossem rapidamente estimados no território, como mostra a fala de um morador:

Os Águias não eram iguais às milícias de hoje em dia, que extorque morador, vende droga e por aí vai. Eles apenas cobravam taxas do comércio e com o dinheiro dessas taxas eles distribuíam cestas básicas para as pessoas mais pobres da comunidade (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

Para os moradores, havia uma nítida diferença entre os Águias e as outras milícias. O grupo do Batan era dotado de um senso comunitário e assistencialista, expressado pela urbanização da favela e pela distribuição de “cestas básicas para as pessoas pobres”. Essas atitudes ganharam a admiração dos moradores, que entendiam que os Águias estavam “fazendo alguma coisa pela comunidade”. Se por um lado essa característica comunitária da milícia era muito elogiada pelos moradores, ela não mascarava seu lado perverso. Atitudes violentas – especialmente no que dizia respeito à regulação moral dos moradores com hábitos identificados como desviantes (sobretudo o uso de drogas) – começaram a ser comuns no cotidiano daquela favela. Os eventuais desvios do padrão de moralidade definido pelos milicianos eram coibidos por meio de punições físicas humilhantes e violentas.

5 Na página 236 do relatório da CPI das milícias, de 2008, há uma menção de que os líderes dos Águias tinham relações com a milícia Liga da Justiça.

Ah, a milícia... Quando eles chegaram, ainda tinham traficantes, o cara que não trafica, mas usa. O usuário. Aí, tinham a regra deles, de não usar na rua. Mas sempre tinha alguém que dava um mole. E eles usavam de exemplo pra um castigo ou uma surra, ou alguma coisa pior, e usavam de exemplo. Teve um caso que um garoto foi pego usando maconha na rua; os milicianos pegaram e foram dando uma surra nele no bairro todo, pra usar de exemplo. A surra foi com um facão, com a parte interna do facão, sem ser a lâmina. Foi dando surra nele no bairro todo e gritando que “isso aqui é pra servir de exemplo pra ninguém fazer aquilo” (Trecho de entrevista com morador por volta dos 30 anos; realizada em 2019).

A punição pública era uma forma simbólica de passar uma mensagem para os moradores, a de que certos hábitos que ferissem a moralidade instituída pela milícia – como fumar maconha na rua – não seriam tolerados durante o domínio deles. Simples usuários de drogas, conhecidos como “viciados”, foram punidos com o máximo rigor, independente de suas vinculações ao tráfico. Todos aqueles que não se enquadrassem a esse novo padrão moral estabelecido eram automaticamente identificados como “pessoas de mal”, em oposição a “pessoas do bem”, aquelas que se sentiam representadas com as novas regras de moralidade. Muitos moradores justificavam essas ações como sendo designadas apenas para as “pessoas de mal” e não algo generalizado. Nessa lógica, a milícia só punia quem tinha que ser punido ou quem “merecesse”.

O controle social dos Águias se sustentava no que Marcella Silva (2017) denomina como “obediência negativa”, ou seja, o medo de uma invasão do tráfico – e os riscos recorrentes de viver em uma área dominada por esse tipo de cerco. Isso fazia com que os moradores se submetessem ao domínio miliciano, porque o medo da força do tráfico era muito maior que da milícia. Apesar do alto grau de violência que a milícia poderia mobilizar, a maioria dos moradores do Batan entendia que ela era melhor que o tráfico, pois com a milícia: a) não havia mais a guerra entre facções; b) não havia opressão dos traficantes; c) houve melhoria na infraestrutura urbana; d) havia assistência social aos moradores mais pobres; e, por fim, e) havia regulação moral do território. Esses cinco elementos fizeram com que boa parte dos moradores apoiasse a milícia no momento de seu estabelecimento.

Contudo, essa adesão deve ser entendida como uma escolha exclusivamente comparativa e não moral. Wania Mesquita (2008), em sua pesquisa, alerta para a questão do domínio desse tipo de ordenamento territorial. Ainda que houvesse uma razoável aceitação do emprego sistemático da força para a manutenção de uma certa ordem social, o que a autora chama de “ideologia da tranquilidade”, isso só acontecia em contraste com o universo do tráfico de drogas. É como se a milícia oferecesse aquilo que o tráfico não fornece: a tranquilidade; e isso justificaria a possibilidade do emprego recorrente da força. Entretanto, no entendimento de Mesquita (2008, p. 241), isso não significava legitimidade – “que implica uma aceitação ativa da subordinação, reconhecendo a autoridade que exerce o mandato” –, mas sim, “submissão”. Nesse sentido, é possível entender que os moradores do Batan não legitimaram a milícia, eles apenas optaram pelo menos pior dentro do seu mundo de experiências de controle social. O tráfico de drogas oprimia os moradores sem nenhuma compensação e a milícia se apresentava, igualmente opressiva, mas com uma nítida compensação assistencialista.

O grupo Águia controlou a favela de 2007 a 2008; apesar de pouco tempo, foi o suficiente para instituir um projeto moral no território. Entendemos como projeto moral um tipo de mentalidade ou lógica que se estruturou materialmente por meio de regras e proibições baseadas em valores antagônicos aos do tráfico de drogas. Todos os elementos simbólicos associados ao tráfico de drogas, como: escutar funk alto, ter corte de cabelo da moda (pitando de loiro), usar gírias e linguajar de facção, trajar vestimentas associadas,

de alguma forma, ao mundo do tráfico<sup>6</sup>; e utilizar qualquer tipo de drogas ilícitas, eram terminantemente proibidos e combatidos. É importante salientar que esse projeto moral não é negociado com os moradores, ele é imposto verticalmente pelos milicianos. Podemos entender esse projeto moral como uma espécie de poder disciplinar que busca, coercitivamente, transformar desajustados em corpos dóceis (Foucault, 2011).

Os milicianos do Batan foram duramente enfraquecidos pela repercussão internacional do famoso e trágico caso da tortura dos jornalistas. Em maio de 2008, uma equipe do jornal *O Dia* foi torturada pelos milicianos na favela do Batan. Após o lamentável e fatídico caso, o Estado deu uma resposta à altura do ocorrido, mobilizando seu aparato policial por meio de várias incursões na favela, até prender os líderes dos Águias, fato que ocorreu poucos meses depois.

## ADESÃO POLICIAL AO PROJETO MORAL DA MILÍCIA

Esse enfraquecimento, e quase extinção da milícia, gerou uma apreensão aos moradores que temiam a volta do tráfico de drogas e o contexto violento experimentado antes da invasão dos paramilitares. Foi em meio a essa desconfiância que um grupo de policiais moradores do Batan, liderados pelo Wolney de Paula, tenente do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) – também conhecido como “xerife da paz” –, lançou chapa à associação de moradores. Essa figura foi empossada como presidente por meio de uma manobra política chamada “eleição por aclamação”. Na prática, ele se autoproclamou presidente da associação de moradores por não haver outra chapa para disputar a eleição. O policial à época se justificou para os moradores explicando que havia tomado aquela atitude porque a milícia tinha tentado registrar uma chapa “deles”, mas ela não conseguiu ser homologada. Esse personagem, além de presidente da associação de moradores, acumulou o cargo de chefe do Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO), que funcionou também na associação de moradores durante quase um ano. Tal política de segurança havia sido negociada a partir de seu envolvimento com a esfera política e suas “relações de conhecimentos”, sobretudo no governo do Estado, onde possuía forte relação com José Mariano Beltrame, chefe da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro naquele momento (Mendonça, 2014; Arias; Barnes, 2017).

Apesar da sua atitude, em teoria, visando o “bem da comunidade”, e a tentativa de evitar a volta do poderio do tráfico de drogas, muitos moradores enxergavam essa figura como um “miliciano”, por causa de suas práticas e técnicas de controle social e da moralidade dos moradores. Sua atuação à frente do DPO foi questionada por muitos moradores e lideranças comunitárias, que identificavam em seus métodos de atuação características autoritárias e violentas.

Havia um presidente da associação dos moradores que era miliciano e do BOPE. Ele esculachava e batia em morador. Meu namorado sempre era revistado, mesmo ele sendo preto, ele não fazia parte do estereótipo clássico, não tinha cabelo na régua nem nada disso (Trecho de conversa com moradora por volta dos 30 anos; realizada em 2018).

\*\*\*

Logo após esse fato [tortura dos jornalistas], a UPP entrou na comunidade e a milícia logo tratou de colocar alguém deles na associação de moradores. Um policial do Bope ficou responsável por essa tarefa de evitar que o tráfico voltasse ou que tivesse algum movimento [associativo] a favor do tráfico (Trecho de conversa com morador e liderança por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

<sup>6</sup> No Rio de Janeiro, algumas marcas de roupas, como Lacoste e Ecko, e algumas camisas de futebol de times internacionais, como Chelsea e Manchester, são associadas a facções criminosas.

O Tenente do BOPE é acusado de ser miliciano pela sua forma de agir com os moradores, sobretudo aqueles que são “suspeitos”. Essa caracterização é motivada pela sua alta carga de coerção física e psicológica, além “esculachar”, “revistar” e “bater” em morador. Essa espécie de caça às bruxas orquestradas pelo DPO gerou insatisfação, especialmente dos moradores mais jovens. Além dessas atitudes desproporcionais orquestradas pelos policiais, outra denúncia pairava nesse período envolvendo o DPO.

Alguns moradores entendiam que aquela política de segurança era uma forma de os interesses da milícia, especialmente o combate a qualquer elemento simbólico do tráfico, ficarem preservados pela figura do Wolney (Xerife da Paz). Por mais que esse personagem não fosse formalmente um miliciano – já que não havia nenhuma acusação a ele na CPI das Milícias –, ele cumpria uma função fundamental para a gestão da ordem e das moralidades no Batan, mobilizando seu capital político e sua autoridade como policial para evitar que qualquer tipo de ameaça do tráfico (territorial ou simbólica) perpetrasse em sua comunidade.

O movimento associativo de favelas é uma estrutura fundamental para o poder da milícia, como indica Burgos (2008). A associação de moradores encarna uma espécie de “Leviatã local”, articulando controle social e trabalho político administrativo com a finalidade de controlar a vida na favela. Esse canal institucional também é fundamental para captar investimentos, atrair atenção de parlamentares aliados e costurar novas alianças.

A figura desse policial comunitário é controversa e balizada entre dois mundos: ser considerado miliciano pelos moradores e se sentir um herói comunitário em função dos seus feitos para ordenar o território. De uma forma geral, após a suposta ‘desarticulação’ da milícia, a favela do Batan permaneceu com o mesmo ‘*modus operandi*’ de regulação e coerção cotidiana dos moradores. Apesar da intensidade ser radicalmente distinta e a autoridade ser legal, já que o DPO é uma política estatal de segurança pública, o projeto moral iniciado pela milícia foi preservado através da figura do tenente Wolney e do DPO. Com a chegada da UPP, o DPO é dissolvido e seu líder continua apenas como presidente da associação de moradores até o fim da gestão, em 2013.

Em 2009, a favela do Batan recebeu a terceira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do município do Rio de Janeiro. Mesmo sem ser parte do circuito turístico e da franja olímpica da cidade, a favela foi palco dessa política em função da repercussão midiática da tortura dos jornalistas pelos milicianos no ano anterior, tornando-se a primeira e única favela de milícia a abrigar uma UPP (Mendonça, 2014; Dias, 2016; Da Motta, 2020). O contexto de sua instalação foi de relativa tranquilidade, pois o tráfico e a milícia estavam desarticulados e o DPO havia sido contundente na regulação das moralidades identificadas como desviantes. Por essa razão, nesse primeiro momento, não houve resistência dos moradores, não houve ocupação policial das forças de elite das polícias cariocas e a aceitação e o apoio foram majoritários.

A maioria recebeu bem, pô. Então, assim, alguns não viram com bons olhos, porque acaba aquela facilidade, né? A facilidade do arrego. Então, se você vê por outro lado, deixou muita gente na mão. Aqueles que trabalhavam [diminuição da voz] para o tráfico, se viu, vamos dizer, desempregado. Isso aí não é emprego, mas na visão deles, estão desempregados. Então, pra esses simpatizantes, a situação não foi um bom negócio. Agora, pra moradores como nós, porra, foi excelente, filhão! Como a maioria, 99% aprova (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

Para alguns moradores do Batan, o início da pacificação foi desvantajoso, porque representou a suspensão de certos acordos e interesses que gravitavam em volta das atividades do tráfico de drogas. Ainda que

no período o tráfico estivesse inoperante, o início da pacificação gerou uma apreensão nos moradores, em função de indeterminação daquela política, uma vez que não era possível prever como seria aquela iniciativa (Menezes, 2015; 2018). As favelas cariocas historicamente se relacionam com as forças policiais, seja pela violência, seja pelos acordos corruptivos (Barbosa, 2005); então, os moradores não sabiam se a UPP ia aceitar arrego ou se ia dar continuidade no projeto moral exercido pela milícia e pelo DPO. Expectativas foram criadas, seja pelas pessoas que se identificavam com o tráfico de drogas ou que tinham alguma proximidade funcional na estrutura da organização, seja pelas pessoas que tinham medo do tráfico voltar e da UPP compactuar com essa volta.

O primeiro comandante da UPP Batan foi o capitão Eliezer, que ocupou o maior cargo da política de pacificação entre os anos de 2009 e 2011 e foi uma figura fundamental para o “sucesso” dessa atuação policial nos anos iniciais de sua criação. Já em seus primeiros atos na favela, deixou claro qual seria seu modo de trabalho, reforçando expectativas de alguns moradores e desiludindo outros. As representações atribuídas à sua atuação variam de excessivamente rude e enérgico com o controle das moralidades, a eficiente e atuante no controle da criminalidade. Essas duas representações ajudam a entender como essa atuação – rude e eficiente – contribuiu para a aceitação massiva da UPP junto aos moradores.

Nos primeiros anos da UPP com o comandante Eliezer, a UPP era muito linha dura, ele era rude e revistava todo mundo, agredia menor de idade que estivesse na rua tarde ou usando drogas (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

Na gestão deste comandante, a coerção física, como “agredir menor de idade que estivesse na rua tarde ou usando drogas” foi uma técnica de controle moral no território, a exemplo do que ocorria anteriormente, quando a favela era controlada pela milícia e pelo DPO. Essa continuidade de uma tática “linha dura” no combate ao tráfico de drogas e seus elementos simbólicos revelava a proximidade moral e de práticas de controle social da milícia, do DPO e da UPP. Essa afinidade moral entre esses ordenamentos territoriais fez com que a UPP, nesses anos iniciais, fosse apoiada pela esmagadora maioria dos moradores do Batan.

A similaridade na atuação desses grupos era tamanha que inclusive alguns moradores chegaram a acusar que, durante a gestão Eliezer, a UPP era aliada à milícia, criando uma espécie de cooperação entre esses dois poderes para ordenar o território e coibir os desviantes associados ao tráfico e ao “mal”.

Na gestão do Eliezer, era de um lado a UPP, atuante e linha dura no combate ao tráfico, e do outro lado a milícia, que estava tanto na associação de moradores [gestão do Wolney] quanto no controle ao tráfico na parte da noite, onde a UPP era menos atuante (Trecho de conversa com morador e liderança comunitária por volta dos 50 anos; realizada em 2018).

Havia uma espécie de gestão compartilhada e continuada que conectava a milícia – ou o que sobrou dela –; o tenente Wolney, agora não mais como DPO, mas como presidente da associação de moradores; e a pacificação na figura do capitão Eliezer, responsável pela segurança e pelo ordenamento territorial do Batan. Os três segmentos convergiam acerca da necessidade de combater o tráfico e seus possíveis exércitos de reservas, independente do emprego de métodos ilegais e de violações dos corpos dos moradores, sobretudo os jovens. No caso estudado, percebe-se que “os fins justificavam os meios”, mesmo que esses meios fossem extralegais, desumanizados ou tiranos; eles eram acionados para garantir uma espécie de bem maior coletivo e almejado pelos “moradores de bem”: o fim do tráfico e sua influência local.

Olha, eu me lembro do Eliezer, quando comandou aqui. O pessoal dizia que ele era ignorante pra lidar com as coisas. Eu não acho... Meu irmão, o cara que estuda, bota no sangue a farda, então aquilo ali faz parte. Eliezer, assim, o pessoal tinha mais receio dele pelo jeito dele. Sério, muito sério! [...] A relação do Eliezer com a comunidade, eu diria que, era estreita também, mas ele, eu acho que, assim, por ele vestir a farda, era um pouquinho desconfiado das coisas. Eu andei conversando muito com ele, ele até me confidenciou algumas coisas com relação a moradores. Moradores que se diziam participativos, mas, na verdade, estavam próximos dele sondando e levando pro tráfico. Aí, foi quando ele me falou que pessoas que se diziam participativas, no intuito de colaborar, de expandir o negócio ali pra melhorar. Porra nenhuma! Então, ele tinha pessoas infiltradas dentro da comunidade também, pra colher e levar pra ele. Ele falava: “tinham pessoas aqui minha, da minha confiança. Policiais que vieram morar aqui dentro, alugou o espaço e viviam no meio ali, sondando e me traziam tudo”. Aí, eu falei: Legal major! Legal! Sabe muito, sabe muito (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

A capacidade estratégica do comandante da UPP fez com que ele ganhasse admiradores e críticos. Trazer policiais de sua confiança para o Batan, com o objetivo de “sondar” quem eram as pessoas com alguma proximidade com o tráfico ou que quisessem, de alguma maneira, que o tráfico voltasse, era uma das estratégias elaboradas pelo comandante. Essa visão estratégica fazia com que ele pudesse se antecipar diante das situações e assim ser “efetivo” e “atuante”.

Menezes (2015; 2018) explica que nas favelas pacificadas a ideia de vigilância foi fundamental para entender as relações sociais e os perigos aos quais os moradores estavam submetidos. Com a UPP, moradores, policiais e traficantes passaram a conviver com um novo contexto, que Menezes nomeia de regime de “campo minado”. Esses diferentes atores que habitam as favelas pacificadas tinham a percepção de estarem sendo constantemente monitorados e compelidos a também monitorarem, criando mecanismos “lógicos e antecipatórios” para evitar “situações traumáticas”, quase sempre violentas. No caso estudado pela autora (Menezes, 2015; 2018), os moradores ficavam balizados entre o crime remanescente e os mandos da UPP, fazendo-se necessário viver o cotidiano sem se aproximar demais, nem do tráfico, nem da polícia, para não se “contaminar”.

No caso do Batan, o tráfico já não tinha mais força para arbitrar sob a vida dos moradores locais, pois já havia sido praticamente extinto pela milícia antes da entrada das forças de pacificação. Logo, o que se percebeu no local, foi menos um contexto de “campo minado” e mais um contexto de “caça às bruxas”, já que os dispositivos de vigilância se tornaram fundamentais para a UPP do Batan, mas não para evitar a contaminação (como ocorrida em outras favelas pacificadas da cidade), mas sim para perpetuar o projeto moral estabelecido pela milícia.

Apesar da proximidade entre UPP e milícia, algumas diferenças eram fundamentais para os moradores.

Olha, na época da milícia, o que imperava era o autoritarismo. Pode isso e não pode aquilo. Essa é a diferença. A palavra-chave que eu via, o que eu vejo hoje, é o autoritarismo. “Você tem que comprar meu gás. Você não vai comprar lá fora. Vai comprar aqui. Se você comprar lá fora, eu te expulso daqui”. Então, assim, na UPP, não. Na UPP, como em qualquer lugar, é o direito de ir e vir do cidadão. Mas, com milícia, isso não existe. Você não tem o direito de ir e vir. O consumo tem que ser aqui dentro, a cerveja tem que ser aqui. Tudo tem que ser aqui dentro. Então, a diferença que eu vejo é essa (Trecho de entrevista com morador por volta dos 50 anos; realizada em 2019).

Por mais que os moradores do Batan, em sua maioria, apoiassem a milícia em detrimento do tráfico e de sua experiência traumática, esse apoio era muitas vezes circunstancial e comparativo, e não identitário. Muitos desses moradores se sentiram oprimidos, em especial pelo monopólio de serviços que a milícia tinha, quase sempre com valores mais altos do que os praticados pelo mercado local. Com a UPP, de certa maneira, a liberdade de circulação de pessoas e mercadorias foi devolvida aos moradores da comunidade junto com a coerção ao tráfico de drogas. A pacificação diminuiu o sentimento de “cerco” (Machado da Silva, 2008) que anteriormente assolava os moradores no domínio do tráfico de drogas e da milícia.

Com a saída do capitão Eliezer do comando da UPP, em 2011, e com o fim do mandato da associação de moradores do tenente Wolney, em 2013, o projeto moral estruturado pela milícia e perpetuado pelo DPO e pela UPP foi se desfazendo. Novos arranjos de poder foram se constituindo em volta do projeto de pacificação nos anos que se sucederam. As constantes mudanças de comando da UPP criariam possibilidades para o aumento da oferta de “mercadorias políticas” (Misse, 1999), reestabelecendo a comercialização das drogas ilícitas, porém de forma discreta, móvel e pouquíssimo ostensiva (Da Motta, 2020; 2023).

## A GOVERNANÇA MILICIANA NO BATAN

O conceito de governança foi ganhando, ao longo do tempo, uma série de contornos, tornando-se extremamente elástico e generalista. Se, no passado, governança significava, para a Sociologia e para a Ciência Política, o processo de governar, atualmente, governança, como aponta Renate Mayntz (2017), está relacionada a formas cooperativas de direcionamento político por vários atores e não somente pelo Estado. Nesse sentido, criaram-se subáreas da governança, como governança corporativa, governança estatal, governança criminal, entre outras.

Comumente, as relações entre Estado e crime organizado são enxergadas através desse enquadramento teórico. O conceito de governança criminal é utilizado para designar um contexto social em que haja imposição de regras e normas ou regulação de comportamento por parte de alguma organização criminosa (Lessing, 2021; Lessing, 2022; Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022). Mas esse controle territorial é estabelecido conjuntamente com o Estado, formando uma espécie de “duopólio da violência”, em que ambos se relacionam de forma “simbiótica”. Essa relação é modulada de forma harmônica ou desarmonica, em certas configurações os agentes do Estado reprimem, extorquem e exterminam grupos armados, em outras configurações temos redes de proteção, vazamento de informações sigilosas e até mesmo amizade e valores compartilhados (Lessing, 2021).

Em casos em que a própria organização criminosa é formada por policiais e por funcionários do Estado com treinamento militar, como o caso das milícias, evidencia-se uma enorme complexidade, porque não se trata mais de uma confluência entre organizações diferentes. Nessas situações, a governança criminal se qualifica em “governança miliciana” (Ribeiro; Soares; Krenzinger, 2022) e os agenciamentos entre a milícia e a polícia se configuram menos como um duopólio da violência simbiótico e mais como um monopólio difuso da violência, em que há uma zona cinzenta de atuação, práticas e valores, reconfigurando a gestão diferencial dos ilegalismos (Telles, 2009). Nessa governança, a polícia é um prolongamento da milícia e vice-versa, conformando técnicas de governo com intensidades diferentes e compartilhando do mesmo projeto moral.

Na favela do Batan foi possível constatar que a milícia, ao invadir o território, matar e expulsar os traficantes de drogas ilícitas, constituiu um tipo de projeto moral alicerçado no controle da moralidade

local. A forte coerção ao tráfico de drogas e aos moradores que se identificavam com traficantes e a coibição dos usuários de drogas eram o programa político dessa empreitada. O Destacamento de Polícia Ostensiva (DPO) mobilizado pelo tenente do BOPE Wolney, após a suposta desarticulação da milícia em função da tortura da equipe do jornal *O Dia*, deu continuidade a esse programa político. Não mais com execuções, desaparecimentos e humilhações públicas, como anteriormente acontecia com os paramilitares, mas com revistas periódicas e agressões físicas a possíveis suspeitos e pessoas que desejavam a volta do tráfico de drogas. Nessa mesma toada, a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em seus anos iniciais com o comandante Eliezer, sofisticou aquilo que o DPO já fazia, mantendo as agressões e as revistas aos moradores e infiltrando policiais de sua confiança entre os moradores para saber quem era a favor da volta do tráfico.

Ainda que a milícia, o DPO e a UPP tivessem o mesmo projeto moral, a forma de atuação e a intensidade foram distintas. É interessante notar que com o DPO e com a UPP, aquela atuação tinha um respaldo institucional-legal que não ocorria anteriormente com a milícia; essa característica foi responsável por uma certa suavização nas práticas de controle social. Mas apesar dessa intensidade menor, no período entre 2007 e 2011, a favela do Batan passou por uma governança milicianista que congregou forças legais e ilegais militarizadas com a finalidade de controlar a moralidade e coibir os desviantes. Nesse contexto, milícia e polícia se complementavam na gestão da ordem, produzindo um direcionamento político normativo. Devido a esse imbricamento, muitos moradores entendiam que milícia e polícia compartilhavam a mesma lógica de atuação, sendo muito difícil distingui-las, a não ser pela intensidade de suas práticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que, ao longo do tempo, a favela do Batan presenciou vários ordenamentos territoriais distintos. O tráfico de drogas a varejo foi o primeiro grupo a controlar o território (da década de 1980 até 2007). Esse tráfico tinha como característica ser gerenciado por pessoas de pouca idade, de fora da favela e sem visão assistencialista. Após esse período, a milícia invadiu e passou a controlar o território com uma profunda dimensão moral, estabelecendo um rígido controle social e dos meios simbólicos associados ao tráfico de drogas. Os paramilitares no Batan se configuraram como um poder cujo pilar fundamental era a retórica e a prática antagônica ao tráfico de drogas. Ao torturarem a equipe do jornal *O Dia*, a milícia no Batan foi desarticulada, passando a operar de outra forma, mais escondida e com outros tipos de representantes, ora identificados como milicianos, ora não, como o caso do tenente Wolney e sua política a partir do DPO. Por fim, os anos iniciais da UPP foram marcados pelas práticas contundentes de controle moral da população pelo capitão Eliezer e sua cooperação com os poucos milicianos que restaram no território.

Após a experiência inicial do tráfico, todos os ordenamentos territoriais que o sucederam estavam comprometidos com a coerção e a regulação moral dos moradores identificados simbolicamente com traços ou resquícios de um modo de vida próximo ao tráfico – moradores que escutavam funk alto, que tinham corte de cabelo da moda, que usavam gírias de facção, que se vestiam como “favelado”, que usavam algum tipo de drogas. Milícia, DPO e UPP (nos anos iniciais) se comprometeram, conjuntamente, a resguardar o território contra o tráfico e seus hábitos, formando uma certa continuidade de métodos de coerção. Essa governança milicianista do Batan revela a complexidade das relações entre milícia e polícia e nos provoca a pensar novas configurações sociais.

Atualmente, as divisas que separavam as facções do tráfico de drogas e os grupos milicianos estão cada vez mais curtas (Arias, 2013; Duarte, 2019). Em função das grandes transformações dos últimos anos no estado do Rio de Janeiro, vivenciamos um contexto social em que a milícia e o tráfico deixaram de ser inimigos opostos para se tornarem sócios e imitarem as práticas um do outro (Manso, 2020; Carvalho; Rocha; Da Motta, 2023). Nesse sentido, como se conforma a relação entre tráfico de drogas, milícia e polícia, na atualidade? Que tipos de governanças estamos presenciando nos muitos regimes territoriais da cidade? Esta pesquisa provoca outros pesquisadores a se interessarem por essas questões, que ainda carecem de estudos sistemáticos e etnográficos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.

ARIAS, Enrique Desmond. The Impacts of differential armed dominance of politics in Rio de Janeiro, Brazil. **Studies in Comparative International Development**, v. 48, n. 3, p. 263-284, 2013.

ARIAS, Enrique Desmond; BARNES, Nicholas. Crime and plural orders in Rio de Janeiro, Brazil. **Current Sociology**, v. 65, n. 3, p. 448-465, 2017.

BARBOSA, Antônio Rafael. **Prender e dar fuga**: biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas e no Rio de Janeiro. 2005. 546 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BURGOS, Marcelo. "Cidadania, favela e milícia: as lições de Rio das Pedras". **Blog do Omar**, Brasil, 26 jun. 2008. Disponível em: <https://doomar.blogspot.com/2008/06/cidadania-favela-e-milcia-as-lias-de.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **"No sapatinho"**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008/2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CARVALHO, Monique Batista, ROCHA, Lia de Mattos; DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. **Milícias, facções e precariedade**: um estudo comparativo sobre as condições de vida nos territórios periféricos do Rio de Janeiro frente ao controle de grupos armados. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023 [livro eletrônico].

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

CLAUDINO, Nilton. "Minha dor não sai no jornal". **Piauí**, edição 59, agosto de 2011. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/>. Acesso em: 20 dez. 2022

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. Megaeventos, Estado e favelas sem UPPs no Rio de Janeiro: qual legado? **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 25, 2019.

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. **A experiência da favela do Jardim Batan**: regime de incerteza no pós-pacificação. 2020. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2020.

DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. A atuação do tráfico de drogas no pós-pacificação: notas etnográficas de uma favela do Rio de Janeiro. **Revista Campo Minado: Estudos Acadêmicos em Segurança Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 80-104, 2023.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 37, p. 9-41, jul./dez. 2011.

DIAS, Ariley Pinto Rainho. **Para ver o futuro**: utopia, risco e paz no Jardim Batan. 2016. 163 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DUARTE, Thais Lemos. Facções criminais e milícias: aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 90, p. 1-16, 2019.

FOCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; trad: Raquel Ramalheite. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da vida no crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. 2013. 291 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

IETS. **Caderno: providência**. 30 de setembro de 2010. Disponível em: [https://iets.org.br/IMG/pdf/iets-caderno\\_upp\\_batan.pdf](https://iets.org.br/IMG/pdf/iets-caderno_upp_batan.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022

LESSING, Benjamin. Conceptualizing criminal governance. **Perspectives on Politics**, v. 19, n. 3, p. 854-873, 2021.

LESSING, Benjamin. Governança criminal na América Latina em perspectiva comparada: apresentação à edição especial. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, ed. especial, n. 4, 2022.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 35-46.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e política: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 47-76.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MAYNTZ, Renate. From government to governance: political steering in modern societies. *In*: SCHEER, Dirk; RUBIK, Frieder (Eds.). **Governance of integrated product policy: in search of sustainable production and consumption**. Reino Unido: Routledge, 2017, p. 18-25.

MENDONÇA, Tássia. **Batan: tráfico, milícia e “pacificação” na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. 2014. 184 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MENEZES, Palloma Valle. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. 402 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MENEZES, Palloma Valle. Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificadas”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 191-216, 2018.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. Tranquilidade sob a ordem violenta: o controle da “mineira” em uma favela carioca. *In*: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 227-248.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos: acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: Diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 19, n. 40, pp. 13-25, 2011.

O GLOBO ONLINE. Eduardo Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 set 2006. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>. Acesso em: 20 dez. 2022.

POPE, Nicholas. Militias going rogue: social dilemmas and coercive brokerage in Rio de Janeiro’s urban frontier. **Journal of International Development**, v. 35, n. 3, p. 478-490, 2023.

RIBEIRO, Eduardo; SOARES, Luiz Eduardo; KRENZINGER, Miriam. Tipos de governança criminal: estudo comparativo a partir dos casos da Maré. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, ed. especial, n. 4, p. 559-588, 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro**: Comissão Parlamentar de Inquérito (Resolução Nº 433/2008). Rio de Janeiro: ALERJ, 2008. Disponível em: [https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio\\_milicia.pdf](https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2018/12/relatorio_milicia.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

ROCHA, Lia de Mattos; DA MOTTA, Jonathan Willian Bazoni. Entre Luzes e Sombras: o Rio de Janeiro dos Megaeventos e a militarização da vida na cidade. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 225-248, set. 2020.

SILVA, Marcella de Araujo. Houses, tranquility and progress in an área de milícia. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, 2017.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, jul. 2009.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz?. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007.